

POBREZA, REDISTRIBUIÇÃO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA PERCEPÇÃO DOS BRASILEIROS¹

Marco Natalino²

1 INTRODUÇÃO

No que tange à redistribuição de recursos entre os cidadãos, o sistema de proteção social no Brasil apresenta uma marcada tendência em prol da redistribuição intraclasses, em contraposição à redistribuição progressiva típica de Estados com níveis de bem-estar mais elevados. Em outras palavras, as transferências do Estado brasileiro têm como efeito a estabilização do sistema de estratificação social, reproduzindo as desigualdades herdadas. Já nos anos 1970, Titmuss (1975, p. 26) apontava que os repasses do seguro social brasileiro funcionavam como multiplicadores dissimulados de desigualdade, transferindo recursos dos pobres para os ricos. Ainda hoje, de acordo com Medeiros e Souza (2015), o conjunto de aposentadorias, pensões e benefícios sociais segue tendo efeito regressivo sobre a renda. Como consequência, embora tenhamos um sistema de proteção social antigo, constitucionalmente universalista e administrativamente sofisticado, somos ainda uma das nações mais desiguais do planeta.

Políticas de transferência condicionada de renda para o estrato mais pobre da população, tradicionalmente excluído da cidadania, representam uma alteração do papel redistributivo do Estado, tornando-o mais progressivo. Políticas de transferência de renda focalizada nos pobres, entretanto, não possuem, em geral, o mesmo grau de apoio que políticas sociais de acesso geral (universalistas), e tendem a gerar coalizões de suporte mais frágeis. A longo prazo, isso pode reduzir o potencial alcance redistributivo dessas políticas.

Essas coalizões de suporte, por sua vez, são ancoradas em percepções sociais sobre a pobreza e o papel do Estado. As percepções sobre políticas redistributivas e seus beneficiários tornam-se, portanto, tema de elevado interesse para a compreensão das dinâmicas de produção, reprodução e mitigação das desigualdades.

Desse modo, o objetivo deste artigo é apresentar como os cidadãos das mais diversas classes percebem o Programa Bolsa Família e, em especial, o Bolsa Família – isto é, o componente de redistribuição direta contido no programa. Como demonstra a análise empreendida na base de dados da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo, uma série de normas, valores e cognições acerca da pobreza e da redistribuição se revela por quem fala do programa. Ao descortinar as percepções sobre pobreza e redistribuição da população brasileira, procurou-se auxiliar na compreensão das preferências distributivas da população e das condições de legitimação da cidadania social no país.

2 POLÍTICAS SELETIVAS E APOIO À REDISTRIBUIÇÃO ENTRE AS CLASSES

O Programa Bolsa Família é bem avaliado pelos especialistas por seu baixo custo, sua eficiência alocativa comparativamente alta e seu impacto relevante na redução da pobreza, da desnutrição, da mortalidade infantil e do abandono escolar, sem que se observe efeito relevante sobre as taxas de ocupação (Rasella *et al.*, 2013; Soares, Ribas e Osório, 2010; Silva, Brandão e Dalt, 2009; Segall-Corrêa *et al.*, 2008).

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23art4>

2. Especialista em gestão pública e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

Em contrapartida, são comuns as críticas ao programa por parte da mídia, dos congressistas, das elites econômicas e da população em geral (Marques, 2010; Britto e Soares, 2010; Reis, 2018; Castro *et al.*, 2009). De fato, apesar da profusão de estudos sobre os seus efeitos e a sua lógica de funcionamento, carecemos de estudos que aprofundem nossa compreensão sobre o Bolsa Família do ponto de vista da sua legitimação pública. Temos, de um lado, análises de dados com representatividade nacional, baseados em pesquisas de opinião, e, por outro, estudos qualitativos em profundidade, mas sem representatividade nacional, centrados em grupos sociais, fontes documentais ou territórios específicos. Espera-se com este artigo auxiliar a preencher essa lacuna.

Em desenvolvimento recente às suas pesquisas sobre o processo de modernização periférica do Brasil e da construção de um regime de subcidadania no país, Souza (2017) sugere que a crítica ao Bolsa Família se assenta no ódio de classe, nutrido pelas classes médias e altas (e também pela classe trabalhadora não pobre), por aqueles que não conseguem obter seu autossustento por meio do trabalho. Em suma, segmentos significativos dessas classes adjudicariam aos pobres a responsabilidade por seu próprio infortúnio e buscariam não só distinguir-se deles como distanciar-se física e socialmente. Por sua vez, Hancock (2004) argumenta, a partir do caso do estigma de “rainhas do bem-estar” imputado às mulheres pobres e negras que recebem benefícios assistenciais nos Estados Unidos, que é a identidade pública deteriorada dessas beneficiárias que engendra uma política da repugnância, separando “elas” do “nós”, criando uma distância social que se reverte em uma preferência geral pela não redistribuição de excedentes econômicos a esse grupo estigmatizado.

Em ambos os casos, o estigma atribuído tradicionalmente ao público-alvo da política é imputado ao programa em si. Como consequência, o programa tende a receber menor apoio público, podendo sofrer de problemas de financiamento, cobertura e sustentabilidade como política de Estado. Como apontou Titmuss (2000), políticas sociais seletivas tendem a gerar uma cisão entre os beneficiários e o “resto”, entre “eles” e “nós”, criando cidadãos de segunda classe, estigmatizados como dependentes. Assim, a focalização corre o risco de fomentar um sentido de falha pessoal como causa da pobreza e um estigma de fardo público aos que dessas políticas se beneficiam, infligindo um senso de inferioridade e envolvendo seus usuários em humilhante perda de *status*, dignidade e respeito próprio. Corre-se, ainda, o risco de repetir os padrões históricos de má qualidade e discriminação nos serviços públicos voltados para os pobres.

A abordagem teórica adotada propõe que a compreensão dos processos de legitimação ou não das políticas focalizadas está na noção de pobreza merecedora (Titmuss, 2000; Swaan, 1988; Oorschot, 2000; Larsen, 2008). Quando os beneficiários não são considerados merecedores, o apoio público às medidas se enfraquece, criando-se o chamado paradoxo da redistribuição (Korpi e Palme, 1998), por meio do qual uma política focalizada, aritmeticamente mais eficaz na redistribuição de recursos, engendra um grau menor de solidariedade social que políticas universais menos redistributivas e que beneficiam também trabalhadores não pobres e as classes médias e, a médio prazo, reduzem o efeito redistributivo promovido pelo Estado. Nesse sentido, compreender os processos de legitimação pública e os padrões de solidariedade social a eles associados é essencial para que se possa estimar o potencial redistributivo a longo prazo das políticas.

3 MÉTODO

O material empírico que serve de subsídio à análise advém de 172 entrevistas em profundidade e de *surveys* nacionais (Ipea, 2013). Em conjunto, essas pesquisas permitem traçar um retrato representativo

das percepções da população sobre pobreza, desigualdade e políticas redistributivas, e, assim, observar como a posição de classe e outras variáveis relevantes condicionam as percepções das pessoas.

Com base em técnicas clássicas de análise de discurso e de conteúdo, as falas foram codificadas com auxílio de um *software* de análise qualitativa de dados. Quanto às variáveis independentes, os entrevistados foram, com base nas entrevistas e no questionário socioeconômico aplicado, classificados como trabalhadores pobres (46 entrevistas), trabalhadores não pobres (60), classe média (59) e classe alta (7). Buscou-se representar na amostra a distribuição da população por classes sociocupacionais, nos termos propostos por Santos (2005),³ bem como garantir heterogeneidade em termos de gênero, raça/cor, região e ciclo geracional.

A principal estratégia de análise utilizada foi a matriz de intersecção, para revelar quais tópicos aparecem regularmente juntos, formando uma matriz discursiva, e quais matrizes discursivas são significativamente mais presentes entre cada classe. Isso inverte a lógica das entrevistas como casos discretos e compreensíveis apenas dentro do contexto de diálogo como um todo. As entrevistas são entendidas antes como oportunidades de expressão de experiências, representações, cognições, argumentos, julgamentos de valor etc. que são socialmente construídas e, portanto, não pertencem ao sujeito que as enuncia mais do que aos ambientes de socialização por meio dos quais foram internalizadas como história social subjetivamente incorporada (Bourdieu, 1989). Assim, o significado dos discursos proferidos encontra-se não apenas na articulação subjetiva, durante o contexto da entrevista, entre uma miríade de temáticas que, como um todo, compõe o “caso” daquela pessoa, mas também na expressão, por múltiplos casos-sujeitos, de experiências e/ou representações coletivas. Essas experiências e representações significativas, ao não se encontrarem igualmente distribuídas pelo corpo social, concentrando-se em determinados grupos, revelam um mapa desigual de significados atribuído à redistribuição de recursos aos mais pobres. É a esse mapa que nos referiremos nos resultados.

4 RESULTADOS

A análise textual foi restrita às falas sobre o Programa Bolsa Família e os seus conteúdos. Na fala dos 172 entrevistados, nota-se que elogios e críticas são por vezes mobilizados pelas mesmas pessoas (41 casos). Isso nos impele a suplantarmos um certo reducionismo, que busca identificar opiniões e atitudes como simplesmente positivas ou negativas. Além disso, os elogios muitas vezes tomam a forma de uma crítica justamente aos críticos do programa; outras vezes ressalta-se que a ajuda garante uma espécie de inclusão social via aumento do poder de compra, espelhando os achados de Rêgo e Pinzani (2013) acerca dos efeitos do dinheiro sobre a autonomia dos beneficiários. Ainda assim, cabe notar que a transferência de renda é considerada particularmente positiva quando abre a possibilidade para usos “meritórios” do dinheiro – por exemplo, com alimentação dos filhos ou compra de material escolar – e crucialmente quando o beneficiário em si é considerado merecedor do auxílio público.

A esse respeito, o tópico do trabalho para os capazes surge como dominante. Consideremos o seguinte paradoxo: segundo dados de *survey* com representatividade nacional (Lavinias *et. al.*, 2012), 66% dos brasileiros julgam que o governo é o principal responsável pelo bem-estar dos pobres e para 69% o benefício concedido pelo Programa Bolsa Família é insuficiente para retirar alguém da pobreza. Não obstante, apenas 42% pensam que se deve aumentar o valor do benefício. Como

3. A terminologia de Santos trabalha com mais classes do que o nosso esquema. Para nós, a classe alta é representada no esquema de Santos pelos grandes empregadores; a classe média inclui gerentes, especialistas e pequenos empregadores; do restante, os pobres são os trabalhadores domésticos, os com trabalhos elementares e os conta própria precários.

explicar essa aparente contradição? Acreditariam os brasileiros que o programa é muito caro, e o país não tem condições de pagá-lo? O principal motivo para explicar esse resultado contraditório é que para 67% das pessoas o Programa Bolsa Família gera acomodação e desestímulo ao trabalho. Desse modo, 43% afirmam que o valor do benefício deve permanecer baixo exatamente para que as famílias não se tornem dependentes. Reforçando essa análise, para 71% das pessoas apenas adultos que trabalhem ou estejam procurando emprego devem receber a bolsa.

Essas percepções têm clara clivagem de classe. Uma análise simples dos dados de *survey* (Lavinias *et. al.*, 2012) aponta que os não pobres são significativamente mais propensos a:

- atribuir aos pobres a responsabilidade por seu próprio bem-estar;
- achar que o valor do benefício é suficiente para se retirar alguém da pobreza;
- defender que o benefício não seja aumentado;
- dizer que o Bolsa Família não precisaria existir caso todos cuidassem de si; e
- concordar com a inclusão de uma condicionalidade vinculada à busca ativa por trabalho.

Ademais, ao separarmos os não pobres em dois grupos, trabalhadores não pobres e classe média, excluindo os poucos entrevistados de classe alta,⁴ vemos que é a classe média que, comparada aos demais grupos, mais defende que o valor da bolsa é alto, mas que não tira ninguém da pobreza e que não deve ser aumentado sob risco de criar dependência nas pessoas. No mesmo sentido, a classe média é mais propensa a responsabilizar os pobres por sua situação e a preferir ações sociais de igrejas, organizações não governamentais (ONGs), famílias e empresas para resolver o problema da pobreza *vis-à-vis* ação governamental.

É notável como a questão do trabalho mobiliza fortemente os discursos sobre o Bolsa Família. Por exemplo, uma entrevistada crítica do programa cita uma parábola cuja mensagem moral é que se deve jogar do penhasco a vaca que garante o sustento nutricional de uma família pobre, para que ela seja compelida a buscar trabalho e, assim, alcançar a prosperidade. Ainda que extremada, essa analogia revela o núcleo cognitivo e valorativo da retórica da dependência,⁵ que sugere, desde o século XVIII, que os pobres beneficiados por transferências de renda se tornarão dependentes do governo e não buscarão, portanto, sair de sua situação. Um total de 53 entrevistados mobilizou a retórica da dependência espontaneamente, por vezes citando diretamente o dito “ensinar a pescar” e, frequentemente, propondo alterações no desenho do programa.

O tipo de alteração proposto, entretanto, não passou pela lógica do *laissez-faire*. A ação mais citada foi a oferta de trabalho pelo governo, isto é, a instituição de um sistema de garantia de emprego, que é particularmente popular entre trabalhadores não pobres. A oferta de qualificação profissional para os beneficiários também é popular, com entrevistados de classe média e trabalhadores não pobres propondo,

4. A pesquisa de Lavinias *et al.* (2012) infelizmente não inclui a ocupação do entrevistado, seu patrimônio ou informações sobre a composição familiar, de modo que a variável classe foi construída com base nas variáveis rendimento do trabalho e escolaridade, excluindo-se aqueles que não trabalham da análise. Como essa seleção pode resultar num viés de gênero da análise, foi verificado, caso a caso, se ela poderia influenciar nas respostas antes de apresentar qualquer correlação no texto. A classe média foi definida como aqueles que possuem diploma superior e/ou que ganham entre R\$ 4 mil e R\$ 15 mil por mês (as duas variáveis são altamente correlacionadas, por isso não foi possível distinguir analiticamente entre detentores de capital cultural e capital econômico). Os trabalhadores não pobres são aqueles sem ensino superior, com renda do trabalho inferior a R\$ 4 mil e que não são beneficiários do Bolsa Família. Os pobres são, para os fins desta análise, os beneficiários. Para uma discussão sobre a definição de uma classe pobre pela própria ação do Estado de bem-estar, ver Parijs (1987).

5. Ver Hirschman, 1991.

por vezes, que essa qualificação seja centrada no treinamento para ocupações elementares e de baixa remuneração, como atendentes, auxiliares de cozinha etc.

Frequente também é a menção à necessidade de uma maior fiscalização dos beneficiários. Nesse ponto, a questão da cidadania social e da cidadania política se entrelaçam. Mais de um terço dos entrevistados critica espontaneamente o programa por vinculá-lo a algum tipo de corrupção, *lato sensu*. O tipo de corrupção mencionado seguiu um padrão de classe, ainda que os dados sejam insuficientes para afirmar a representatividade desse padrão. Os pobres são os que menos expressam essa crítica, e quando o fazem tendem a indicar o lócus do problema nas elites políticas. Os trabalhadores não pobres tendem a identificar o problema como corrupção administrativa, isto é, praticada pela burocracia municipal. A classe média, por sua vez, é a que mais mobiliza essa crítica, quase sempre lançando a culpa sobre os beneficiários, responsabilizados por ocultar sua renda, não seguir corretamente as condicionalidades ou ter algum outro tipo de comportamento antiético. Dito isso, é importante notar que essa percepção não se resume a esse grupo: 82% dos brasileiros acreditam que o Bolsa Família inclui pessoas que não precisam do benefício.

Como os pobres são percebidos, particularmente pela classe média, como dependentes do governo e tendentes a práticas corruptas, não é surpreendente que o programa seja entendido por 23 entrevistados como nada mais que uma compra de votos disfarçada, e que, portanto, o direito ao voto dos pobres seja questionado. Nas últimas eleições presidenciais esse questionamento foi elevado ao nível de discussão pública, e as entrevistas permitiram averiguar a penetração dessa percepção entre a população. Esse ponto de vista embasa, amiúde, uma crítica ao sistema eleitoral como um todo, visto como vítima de uma espécie de “neocoronelismo” em que a própria criação da dependência pelo programa criaria, propositalmente, um público cativo de eleitores. As noções de paternalismo, “neocoronelismo” ou voto de cabresto, por sua vez, são associadas à transformação no padrão eleitoral dos habitantes do Semiárido, em particular, e dos nordestinos, em geral. Note-se, a esse respeito, que não foi citada por nenhum entrevistado a ideia de que os pobres votam em candidatos que defendam seus interesses, ou de que isso seria uma prática normal em ambiente democrático.

Conforme Marshall (1950, p. 34), é exatamente a dinâmica expansiva da cidadania que faz com que a instituição do sufrágio universal eleve a demanda das classes inferiores da condição de súplica às classes dominantes à de demanda política, preferência eleitoral e, eventualmente, a de direito social. Não obstante seu tom otimista, a citada obra deixa claro, também, como o *status* de cidadania, igualitarista, entra em guerra com a estratificação econômica em classes. A forma como se institui uma política social define a correlação de forças de apoio e oposição a ela: se os seus beneficiários são minoria na população e, ainda por cima, historicamente vítimas de preconceito, fica comprometida a sustentação política da cidadania social. A atual situação do Brasil, analisada pelo prisma das entrevistas da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo, por sua vez, nos faz crer que esse comprometimento tende mesmo a retroalimentar um processo de erosão da legitimidade da própria cidadania política, além de servir como fonte de manipulação de estereótipos sociais capazes de brechar a expansão do direito social.

Novamente, é a retórica da dependência que fornece a chave para a conexão entre percepções sobre a cidadania social e a cidadania política. Seu eixo crítico, ou pseudocrítico, gira em torno do trabalho como valor moral ausente entre os pobres, dando margem a discursos sobre uma cultura da pobreza em que o locutor do discurso, via de regra de classe média, busca distanciar-se daqueles a quem se adjudica toda sorte de vícios e comportamentos antiéticos. É importante notar, entretanto, que trabalhadores não pobres e mesmo trabalhadores pobres também erguem, e por vezes com ainda maior ênfase, essa fronteira

simbólica entre “nós” e “eles”, revelando uma disposição à distinção social que perpassa o tecido social como um todo.

De fato, a análise das 172 entrevistas revela que a população raramente conecta o Programa Bolsa Família à ideia de garantia de direitos. Nesse sentido particular, o termo direito só foi proferido nominalmente por uma entrevistada de classe média, e com conotação negativa. Em nenhum momento, esse ou outro termo foi utilizado para relatar ou mesmo supor uma experiência de contato entre o cidadão e o Estado em que o primeiro se coloca como sujeito de direitos reivindicáveis perante o segundo. Os relatos de contato entre beneficiários e a burocracia de rua, por sua vez, sempre seguiram uma lógica de interação negocial assimétrica, em que os pobres buscavam convencer, com maior ou menor sucesso, os representantes do Estado do mérito de sua solicitação. Ademais, 41 entrevistados, quase todos beneficiários ou ex-beneficiários, demonstraram não compreender as regras do programa, ou seja, porque as pessoas recebem ou deixam de receber o Bolsa Família. Em ao menos um caso, o entrevistado expressou desespero ante a situação.

Note-se, por fim, que, se o discurso do direito não encontra eco no programa, 35 pessoas se referiram a ele, sempre com conotação positiva, como uma ajuda, notavelmente conectando essa noção à de mitigação da pobreza e da fome. A ideia de ajuda é particularmente comum entre os pobres, que a mobilizam para expressar duas percepções: *i*) que o benefício é uma iniciativa positiva, que faz diferença nas suas vidas e na vida de seus filhos; e *ii*) que o benefício é, afinal, insuficiente para suprir suas necessidades básicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa em andamento que, ao final, terá analisado as percepções sobre o Bolsa Família a partir de quatrocentas entrevistas em profundidade. A análise até aqui empreendida indica que o programa não é percebido como um direito de cidadania – ou, ao menos, que essa questão não passa espontaneamente pela cabeça das pessoas, que tendem a entendê-lo como uma ajuda. A fala sobre esse mecanismo de transferência de recursos mobiliza uma retórica crítica à condição de cidadania social, política e mesmo civil de seus beneficiários, imputando a eles o estigma de pobres não merecedores. Essas críticas, bem como as percepções da população sobre pobreza, desigualdade social, política social e preferências distributivas revelam uma clara correlação com a classe social do entrevistado, sem que, por isso, deixem de ser comuns a todas as classes o recurso aos julgamentos de mérito como forma de regulação da redistribuição entre classes.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. Le mort saisit le vif: as relações entre a história reificada e a história incorporada. *In*: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRITTO, T.; SOARES, F. V. Bolsa Família e renda básica de cidadania: um passo em falso. *In*: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE BASIC INCOME EARTH NETWORK (BIEN), 13., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: BIEN, 2010.
- CASTRO, H. C. de O. de *et al.* Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, v. 15, n. 2, p. 333-355, 2009.

- HANCOCK, A.-M. **The politics of disgust: the public identity of the welfare queen**. New York: New York University Press, 2004.
- HIRSCHMAN, A. O. **The rhetoric of reaction**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de indicadores de percepção social: módulos de “assistência social” e “valores e estrutura social”**. Brasília: Ipea, 2013.
- KORPI, W.; PALME, J. The paradox of redistribution and strategies of equality: welfare state institutions, inequality, and poverty in the Western countries. **American Sociological Review**, v. 63, n. 5, p. 661-687, 1998.
- LARSEN, C. A. The institutional logic of welfare attitudes: how welfare regimes influence public support. **Comparative Political Studies**, v. 41, n. 2, p. 145-168, 2008.
- LAVINAS, L. *et al.* **Medindo o grau de aversão à desigualdade da população brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- MARQUES, A. C. S. A deliberação a longo prazo no espaço de visibilidade mediada: o Bolsa-Família na mídia impressa e televisiva. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 7, n. 2, p. 273-285, 2010.
- MARSHALL, T. H. **Citizenship and social class**. Cambridge: Cambridge University Press, 1950. v. 11.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F. State transfers, taxes and income inequality in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 9, n. 2, p. 3-29, 2015.
- OORSCHOT, W. van. Who should get what, and why? On deservingness criteria and the conditionality of solidarity among the public. **Policy e Politics**, v. 28, n. 1, p. 33-48, 2000.
- PARIJS, P. van. A revolution in class theory. **Politics e Society**, v. 15, n. 4, p. 453-482, 1987.
- RASELLA, D. *et al.* Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. **The Lancet**, v. 382, n. 9886 p. 57-64, 2013.
- RÊGO, W. D. L.; PINZANI, A. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso da Bolsa Família. **Política e Trabalho**, n. 38, 2013.
- REIS, E. **Changes and continuities in perceptions of poverty and inequality among brazilian elites**. London: London School of Economics and Political Science, Feb. 2018.
- SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, p. 27-45, 2005.
- SEGALL-CORRÊA, A. M. *et al.* Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 39-51, 2008.
- SILVA, A. P.; BRANDÃO, A.; DALT, S. Educação e pobreza: o impacto das condicionalidades do programa Bolsa Família. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 4, n. 8, 2009.
- SOARES, F.; RIBAS, R. P. V.; OSÓRIO, R. G. Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Familia: cash transfer programs in comparative perspective. **Latin American Research Review**, v. 45, n. 2, p. 73-190, 2010.
- SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Lisboa: Leya, 2017.
- SWAAN, A. de. **In care of the state: health care, education, and welfare in Europe and the USA in the modern era**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

TITMUSS, R. **Social policy**. Sri Lanka: The Open University, 1975.

_____. Universalism versus selection. *In*: PIERSON, C.; CASTLES, F. G.; NAUMANN, I. K. **The welfare state reader**. Cambridge: Polity Press, 2000. p. 42-50.